

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

O AUMENTO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DURANTE GOVERNO DE COSTA APENAS COMPENSOU UM TERÇO DA DESTRUIÇÃO DO PSD/CDS, E O PODER DE COMPRA DOS TRABALHADORES EM 2018 AINDA ERA INFERIOR EM 18,8% AO DE 2010

A Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) acabou de publicar as estatísticas do emprego e das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas referentes ao 4º Trimestre de 2018. É por isso já possível fazer um balanço do que representou para a Administração Pública as políticas dos governos de Sócrates, do PSD/CDS e do Governo PS com o apoio dos partidos da esquerda. É o que vamos fazer utilizando a linguagem objetiva dos dados oficiais da DGAEP.

O AUMENTO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DURANTE GOVERNO PS/COSTA APENAS COMPENSOU 35% DA DESTRUIÇÃO FEITA PELO GOVERNO PSD/CDS

O quadro 1 mostra a variação dos trabalhadores das Administrações Públicas (*Central, Local e Regional*) durante os governos do PSD/CDS e do PS/Costa segundo a DGAEP.

Quadro 1 – Variação do número dos trabalhadores das Administrações Públicas-2011/18

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº TRABALHADORES ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			VARIÇÃO Nº TRABALHADORES	
	31-dez-2011	31-dez-2015	31-dez-2018	2011/2015 PSD/CDS	2015/2018 PS/Costa
Total	727 785	659 103	683 469	-68 682	24 366
Representantes do poder legislativo (a)	3 165	2 217	2 362	-948	145
Dirigente superior:	1 933	1 617	1 658	-316	41
<i>Dirigente Superior de 1.º grau</i>	<i>738</i>	<i>609</i>	<i>609</i>	<i>-129</i>	<i>0</i>
<i>Dirigente Superior de 2.º grau</i>	<i>1 195</i>	<i>1 008</i>	<i>1 049</i>	<i>-187</i>	<i>41</i>
Dirigente intermédio:	11 019	9 385	10 435	-1 634	1 050
<i>Dirigente Intermédio de 1.º grau</i>	<i>3 117</i>	<i>2 551</i>	<i>2 665</i>	<i>-566</i>	<i>114</i>
<i>Dirigente Intermédio de 2.º grau</i>	<i>5 144</i>	<i>4 860</i>	<i>5 381</i>	<i>-284</i>	<i>521</i>
<i>Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus</i>	<i>2 758</i>	<i>1 974</i>	<i>2 389</i>	<i>-784</i>	<i>415</i>
Técnico Superior	58 132	58 093	65 116	-39	7 023
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	97 952	85 241	86 092	-12 711	851
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic.	173 609	152 604	155 412	-21 005	2 808
Informático	5 195	4 937	5 067	-258	130
Magistrado	3 804	3 866	3 844	62	-22
Diplomata (d)	372	377	382	5	5
Pessoal de Investigação Científica	1 816	1 349	1 682	-467	333
Docente Ensino Universitário	13 997	13 977	14 949	-20	972
Docente Ensino Superior Politécnico	9 694	8 870	10 120	-824	1 250
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	151 170	129 169	134 619	-22 001	5 450
Pessoal de Inspeção	1 731	1 583	1 681	-148	98
Médico	25 049	26 743	29 238	1 694	2 495
Enfermeiro	42 769	41 830	46 142	-939	4 312
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 935	8 636	9 319	-299	683
Técnico Superior de Saúde	1 913	1 878	1 873	-35	-5
Administ. Tributária e Aduaneira	9 926	9 454	9 292	-472	-162
Conservador e Notário	682	614	595	-68	-19
Oficial dos Registos e do Notariado	4 568	4 046	3 938	-522	-108
Oficial de Justiça	8 095	7 634	7 798	-461	164
Forças Armadas	34 514	29 178	26 800	-5 336	-2 378
Polícia Judiciária	2 318	2 210	2 128	-108	-82
Polícia de Segurança Pública	21 934	21 406	20 196	-528	-1 210
Guarda Nacional Republicana	22 899	22 781	22 483	-118	-298
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	742	805	-14	63
Guarda Prisional	4 312	4 082	4 338	-230	256
Outro Pessoal de Segurança	1 990	1 403	1 273	-587	-130
Bombeiro	2 264	2 044	2 341	-220	297
Polícia Municipal (e)	1 272	1 137	1 491	-135	354

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 04-02-2019); DGAEP/DIOEP

Entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS, registou-se uma redução muito significativa do número de trabalhadores das Administrações Públicas (-68.682), sendo as categorias mais atingidas pela redução, a dos assistentes técnicos e assistentes profissionais (-33.716) e a

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

dos professores (-22.845) o que causou a degradação dos serviços públicos ainda sentida atualmente pelos portugueses até porque só foi em parte revertida. Durante o governo do PS/Costa, o número de trabalhadores aumentou em 24.366, ou seja, apenas 35,4% da redução feita pela governo PSD/CDS, portanto claramente insuficiente para as necessidades.

PODER DE COMPRA MÉDIO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA EM 2018 AINDA ERA INFERIOR EM 18,8% AO DE 2010 (tenha presente que são valores médios e não o recebido por cada trabalhador)

O quadro 2 mostra a variação das remunerações (ganho médio) da Função Pública 2011/18

Quadro 2- Ganhos médios na Administração Pública (Central, Local e Regional) – 2011/18

CARGO / CARREIRA / GRUPO	GANHO MÉDIO MENSAL ADMINISTRações PÚBLICAS				VARIACÃO DO GANHO MÉDIO		
	outubro 2011	outubro 2015	outubro 2017	outubro 2018	2011/2015 PSD/CDS	2015/2018-PS	2017/2018 - PS
Total	1 602 €	1 620 €	1 693 €	1 722 €	1,1%	6,3%	1,7%
Represent. do poder legislat. e de órgãos executivos	2 806 €	3 048 €	3 369 €	3 371 €	8,6%	10,6%	0,1%
Dirigente superior:	4 278 €	4 465 €	4 864 €	4 867 €	4,4%	9,0%	0,1%
Dirigente Superior de 1.º grau	4 545 €	4 712 €	5 087 €	5 151 €	3,7%	9,3%	1,3%
Dirigente Superior de 2.º grau	4 108 €	4 312 €	4 726 €	4 697 €	5,0%	8,9%	-0,6%
Dirigente intermédio:	2 886 €	2 990 €	3 171 €	3 177 €	3,6%	6,3%	0,2%
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 574 €	3 652 €	3 886 €	3 916 €	2,2%	7,2%	0,8%
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2 874 €	2 940 €	3 131 €	3 157 €	2,3%	7,4%	0,8%
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 195 €	2 222 €	2 384 €	2 396 €	1,2%	7,9%	0,5%
Técnico Superior	1 807 €	1 779 €	1 812 €	1 826 €	-1,5%	2,6%	0,8%
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	1 056 €	1 045 €	1 062 €	1 085 €	-1,1%	3,9%	2,2%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic.	763 €	742 €	781 €	804 €	-2,7%	8,3%	3,0%
Informático	1 826 €	1 853 €	1 918 €	1 956 €	1,4%	5,6%	1,9%
Magistrado	4 805 €	5 285 €	5 710 €	5 838 €	10,0%	10,5%	2,2%
Diplomata (d)	8 706 €	8 570 €	10 144 €	9 583 €	-1,6%	11,8%	-5,5%
Pessoal de Investigação Científica	3 180 €	3 243 €	3 432 €	3 438 €	2,0%	6,0%	0,2%
Docente Ensino Universitário	3 285 €	3 387 €	3 649 €	3 676 €	3,1%	8,5%	0,7%
Docente Ensino Superior Politécnico	2 746 €	2 930 €	3 184 €	3 238 €	6,7%	10,5%	1,7%
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	2 042 €	2 077 €	2 121 €	2 140 €	1,7%	3,1%	0,9%
Pessoal de Inspeção	2 418 €	2 410 €	2 550 €	2 546 €	-0,4%	5,7%	-0,1%
Médico	3 786 €	3 422 €	3 630 €	3 737 €	-9,6%	9,2%	2,9%
Enfermeiro	1 569 €	1 513 €	1 548 €	1 640 €	-3,5%	8,4%	6,0%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 449 €	1 385 €	1 395 €	1 437 €	-4,4%	3,8%	3,1%
Técnico Superior de Saúde	2 037 €	2 020 €	2 077 €	2 136 €	-0,9%	5,8%	2,9%
Administ. Tributária e Aduaneira	2 030 €	1 981 €	2 092 €	2 133 €	-2,4%	7,7%	2,0%
Conservador e Notário	3 904 €	3 625 €	4 050 €	4 294 €	-7,2%	18,5%	6,0%
Oficial dos Registos e do Notariado	2 014 €	1 993 €	2 083 €	2 118 €	-1,1%	6,3%	1,7%
Oficial de Justiça	1 640 €	1 587 €	1 604 €	1 590 €	-3,3%	0,2%	-0,8%
Forças Armadas	1 505 €	1 517 €	1 606 €	1 652 €	0,8%	8,8%	2,8%
Polícia Judiciária	2 213 €	2 164 €	2 289 €	2 305 €	-2,2%	6,5%	0,7%
Polícia de Segurança Pública	1 647 €	1 810 €	1 893 €	1 879 €	9,9%	3,8%	-0,7%
Guarda Nacional Republicana	1 556 €	1 650 €	1 689 €	1 658 €	6,1%	0,5%	-1,9%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 669 €	2 781 €	2 881 €	3 001 €	4,2%	7,9%	4,2%
Guarda Prisional	1 769 €	1 809 €	1 841 €	1 896 €	2,3%	4,8%	3,0%
Outro Pessoal de Segurança	1 499 €	1 580 €	1 735 €	1 745 €	5,4%	10,5%	0,6%
Bombeiro	1 541 €	1 449 €	1 579 €	1 566 €	-6,0%	8,1%	-0,9%
Polícia Municipal	1 400 €	1 369 €	1 513 €	1 557 €	-2,2%	13,8%	2,9%

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 04-02-2019); DGAEP/DEEP

No período 2011/2015 (tenha-se presente que as remunerações de 2011 superiores em 1.500€ constantes do quadro já tinham sofrido o corte feito pelo governo de Sócrates que variava entre 3,5% e 10%, em média 5%, portanto as sem cortes de 2010 são as de 2017) com o governo do PSD/CDS, portanto em 4 anos, registou-se uma subida no ganho médio de apenas 1,1% (na maioria das categorias profissionais até se verificou uma redução como também mostram os dados da DGAEP do quadro anterior). Entre 2015 e 2017, com o governo do PS apoiado pelos partidos da esquerda, verificou a reposição dos cortes feitos pelo governo de Sócrates e do PSD/CDS, tendo-se verificado um aumento médio de 6,3% nas remunerações, embora variando muito de categoria profissional para categoria profissional como mostram dados do quadro, repondo portanto o valor dos salários nominais de 2010. Entre 2017 e 2018, verificou-se um aumento determinado pelo descongelamento das carreiras mas muito reduzido: apenas de 1,1% inferior à inflação registada. Se comparamos a remuneração média líquida de 2018 a preços de 2010 com a remuneração líquida de 2010, conclui-se que a de 2018 é inferior à de 2010 em 18,8%. Esta redução do poder de compra médio dos trabalhadores da Função Pública em 18,8% resulta do efeito conjugado da subida da taxa de desconto para ADSE (passa de 1,5% para 3,5%); do enorme aumento do IRS que ainda não foi totalmente revertido, e ainda do aumento de preços neste período (+10,7%)

Eugénio Rosa – 16-2-2019 – edr2@netcabo.pt